

Comissão Mista legisla em favor do próprio Congresso

BRASÍLIA — A primeira medida da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional foi legislar em favor dos próprios congressistas. Serão devolvidas aos parlamentares as subvenções cortadas pela "Operação Desmonte". Estas subvenções, utilizadas pelos deputados e senadores para a distribuição de bolsas de estudo e contribuição a entidades filantrópicas, com retorno garantido nas urnas, serão de Cz\$ 10 milhões para cada um no ano que vem, totalizando Cz\$ 5,59 bilhões.

"O corte das subvenções pouco ajuda no combate ao déficit público, pois nada representam num orçamento global de Cz\$ 10 trilhões", afirmou o deputado Valmor de Luca (PMDB-SC), nomeado sub-relator da Subcomissão dos encargos gerais da União. De Luca disse que a verba para as subvenções será tirada dos encargos gerais — Cz\$ 810 bilhões —, mas ainda não sabe de onde. "Estou verificando, fazendo comparações com os orçamentos anteriores", disse o deputado. Ele se candidatou — "caso ninguém o faça" — a apresentar a emenda que dá aos parlamentares o direito de voltar a distribuir as subvenções.

De Luca conta com o apoio da presidência da Comissão de Orçamento. "As subvenções existem desde 1948. Milhares de instituições contam todos os anos com as verbas distribuídas pelos parlamentares. Não seria justo privá-las agora", disse o presidente, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Ele afirmou que se

recusou a pedir aos técnicos da Secretaria do Planejamento que não retirassem as subvenções. "Ou nós temos poder para restaurá-las ou não temos. Eu entendo que temos. Por isso, não quis me humilhar fazendo qualquer solicitação", disse Cid Carvalho.

Sem compromissos — A primeira reunião oficial da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional — a mais poderosa de todas as comissões do Legislativo, pois tem condições de modificar todo o orçamento, retirar verba de um programa e aplicar em outro e reprovar gastos do governo — foi realizada ontem, quando o presidente Cid Carvalho nomeou o relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), o relator-adjunto, deputado José Serra (PSDB-SP) e 32 sub-relatores.

Logo após a reunião, Cid Carvalho e Almir Gabriel anunciaram que a Comissão trabalhará levando em conta a nova Constituição, que só entrará em vigor no dia 5 de outubro. Disseram também que em princípio a meta do governo de redução do déficit público para 2 por cento não é a mesma da Comissão. "É claro que temos a responsabilidade de cuidar da transição e esses 2 por cento são dados técnicos essenciais para isso. Mas a Comissão não se sente comprometida em trabalhar para manter esse índice", disse Almir Gabriel, recebendo a aprovação de Cid Carvalho.